

Diego Prandino

O CONTRATO DE PATROCÍNIO ATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fundamentos, Regime Jurídico e Controle da Atividade Patrocinadora do Estado

Área específica

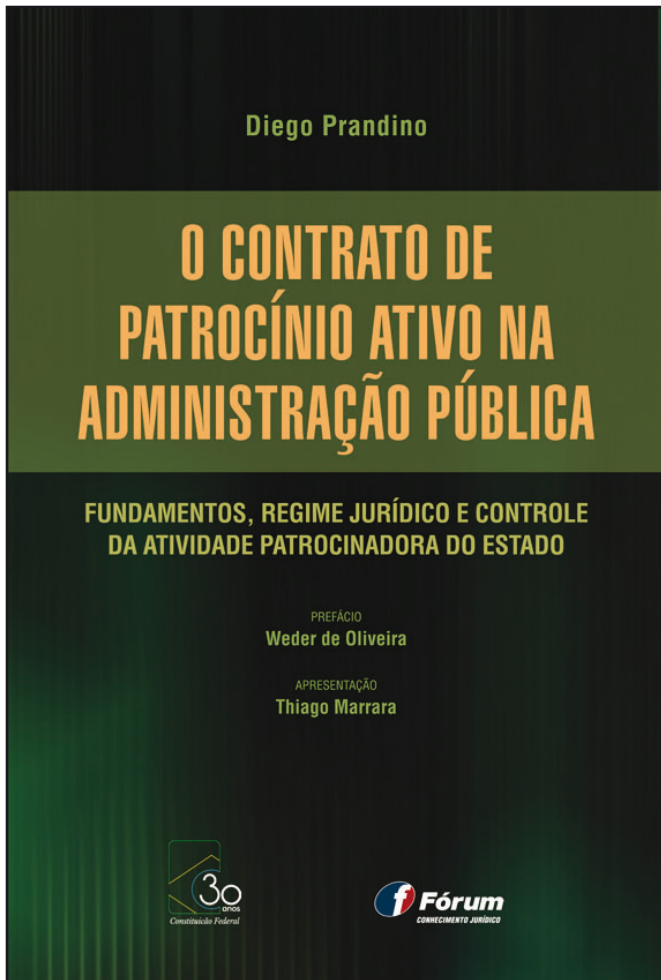
DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO, DOCENTES E DEMAIS ESTUDIOSOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, BEM COMO PROFISSIONAIS PÚBLICOS E PRIVADOS QUE LIDAM COM CONTRATOS DE PATROCÍNIO EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FIGURA COMO PATROCINADORA



A atividade patrocinadora do Estado surge, naturalmente, como um produto da evolução dos laços contratuais protagonizados pela Administração Pública. Os contratos de patrocínio, nesse cenário, servem à Administração Pública como instrumento legítimo e útil à consecução do interesse público e à concretização dos vetores constitucionais que balizam a intervenção do Estado nos domínios econômico e social. Pioneiro sobre o tema no Direito Administrativo brasileiro, este livro oferece ao leitor um estudo aprofundado sobre os contratos de patrocínio ativo celebrados pela Administração Pública. São destacados os fundamentos, as finalidades e os possíveis elementos do regime jurídico dessa singular atividade contratual, com enfoque, ainda, em aspectos relevantes relacionados ao controle desses contratos. Ao leitor, será propiciada uma visão aprofundada e inovadora das peculiaridades e dos desafios que permeiam a atividade patrocinadora do Estado.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001389

P899c Prandino, Diego

O contrato de patrocínio ativo na Administração Pública: fundamentos, regime jurídico e controle da atividade patrocinadora do Estado / Diego Prandino.– Belo Horizonte : Fórum, 2018.

173 p.

ISBN: 978-85-450-0475-2

1. Direito Administrativo. 2. Contratos Administrativos. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PRANDINO, Diego. *O contrato de patrocínio ativo na Administração Pública: fundamentos, regime jurídico e controle da atividade patrocinadora do Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 173 p. ISBN 978-85-450-0475-2.

Diego Prandino é Consultor Legislativo do Senado Federal e advogado. Atuou como perito no âmbito da Comissão Especial de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Pós-graduado em Administração Orçamentário-Financeira (ESAF). Graduado em Direito (EDB/IDP) e em Engenharia Elétrica (UFRJ). Foi Auditor do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Analista do Banco Central. Autor de trabalhos publicados e premiados nas áreas de Direito Administrativo, Direito Financeiro, Orçamento Público e Controle Externo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 2 O PATROCÍNIO	29
2.1 Definição	29
2.2 O contrato de patrocínio	33
2.2.1 A atipicidade do contrato de patrocínio	33
2.2.2 Caracterização do contrato de patrocínio	35
2.2.3 Distinção entre o patrocínio e a prestação de serviços	39
2.2.4 Distinção entre o patrocínio, o mecenato e a doação	40
2.2.5 Distinção entre o patrocínio e a compra e venda	44
CAPÍTULO 3 O PATROCÍNIO ATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	49
3.1 Considerações preliminares.....	50
3.3.1 A celebração de contratos atípicos pela Administração Pública.....	50
3.1.2 O patrocínio ativo estatal: natureza contratual ou de convênio?	53
3.1.3 Publicidade na Administração Pública	62
3.2 A atividade patrocinadora da Administração Pública	68
3.3 O quadro normativo vigente no Brasil	72
3.4 A finalidade do patrocínio ativo estatal.....	83
3.4.1 Instrumento de <i>marketing</i> comercial.....	85
3.4.2 Instrumento de fomento social.....	91
3.4.3 Instrumento de legitimação da atuação estatal	105
CAPÍTULO 4 REGIME JURÍDICO DO PATROCÍNIO ATIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	115
4.1 Sujeição às normas gerais de licitação.....	117
4.2 Sujeição às normas gerais de contratos administrativos	126
4.3 Vinculação ao interesse público	131
4.4 Pertinência temática	134
4.5 Vinculação dos recursos ao objeto patrocinado.....	138
4.6 Prestação de contas	142
4.7 Avaliação de resultados.....	147
4.8 Subsidiariedade, repartição de riscos e multiplicidade de contratos de patrocínio ativo	150
CONCLUSÃO O ATUAL ESTÁGIO DO CONTROLE DOS PATROCÍNIOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO	157
REFERÊNCIAS	165